



ATIVIDADES DE TREINO

Contestação, Reconvenção e
Parecer Jurídico

Prof^a. Me Natalia Valença





SUMÁRIO

PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO

3

Modelo da Peça Prático-profissional

4

Distribuição de Pontos

5

PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - PARECER JURÍDICO

8

Modelo da Peça Prático-profissional

9

Distribuição de Pontos

10



PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO

No dia 7 de julho, Harry Potter, que dirigia em velocidade altíssima, colidiu com o veículo de Ronny Weasley, causando perda total dos dois veículos, mas sem vítimas fatais. O acidente ocorreu na BR 934, no município de Hogwarts, interior de Pernambuco, e após recuperar-se do trauma sofrido, Ronny Weasley foi surpreendido com uma citação em processo movido por Harry Potter. Os dois fizeram acordo acerca dos gastos com o acidente, e meses depois Harry propôs uma ação indenizatória contra ele requerendo, por meio de ação do procedimento comum, a reparação pelos danos decorridos do acidente, alegando que, na verdade, apesar de estar acima do limite de velocidade, após o acidente foi promulgada a Lei Estadual nº 123, que prevê que em rodovias federais não há limite de velocidade. Sabendo que não deu causa ao acidente e, ainda, que foi ele Ronny o prejudicado, apresente os instrumentos cabíveis para a defesa do mesmo, considerando as questões constitucionais envolvidas no caso e que a ação em questão atualmente tramita na 7ª Vara Cível da Comarca de Hogwarts – PE. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.



Modelo da Peça Prático-profissional

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE HOGWARTS – PE

Processo nº

RONNY WASLEY, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no RG nº... e CPF nº..., endereço eletrônico, residente e domiciliado na Rua..., vem, por meio de seu advogado, infrafirmado, com procuração em anexo, endereço eletrônico, com endereço profissional na Rua..., com base no art. 335 e seguintes do CPC, apresentar CONTESTAÇÃO às alegações do HARRY POTTER, pelos fundamentos a seguir expostos.

I - DOS FATOS

No dia 7 de julho ocorreu uma colisão entre os veículos de Harry Potter, autor, e Ronny Weasley, ora réu, em razão de o autor estar naquela ocasião dirigindo em alta velocidade. Ocorre que após o ocorrido, apesar de as partes terem entrado em acordo acerca dos danos patrimoniais, Harry Potter ingressou com ação contra Ronny, que apresenta sua defesa por meio desta contestação.

II - DO CABIMENTO

A apresentação de defesa pelo réu, por meio da contestação, é cabível ao presente caso nos termos do art. 336 do CPC, segundo o qual incumbe ao réu alegar, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

III - DA COMPETÊNCIA

Compete ao mesmo juízo na qual foi proposto a inicial analisar a contestação, portanto, é competente a 7ª Vara Cível da Comarca de Hogwarts-PE que recebeu a inicial do autor.

IV - DA LEGITIMIDADE

O Réu poderá oferecer contestação à inicial, conforme art. 335 do CPC.

V - DA TEMPESTIVIDADE

A presente contestação é tempestiva, tendo em vista que atende ao prazo de 15 (quinze) dias para apresentação, conforme estabelecido pelos art. 335 do CPC.



VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O autor, Harry Potter, requer que a Lei Estadual nº 123 retroaja, uma vez que no momento do acidente a mesma ainda não existia.

Acerca de tal pedido, há de se observar, inicialmente, a patente inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 123, do Estado de Pernambuco, que padece de vício de inconstitucionalidade forma, uma vez que viola competência privativa da União, nos termos do art. 22, XI da CRFB/88.

É tão evidente a inconstitucionalidade que trata-se de uma lei estadual legislando sobre rodovias federais, num claro conflito de competências.

Por isso, deve ser realizado no caso concreto o controle difuso de inconstitucionalidade, para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Estadual 123, produzindo a decisão efeitos inter partes.

Além disso, caso não entenda pela inconstitucionalidade da norma, há que se ressaltar que a regra cediça do Direito brasileiro é da não retroatividade da lei, previsto tal princípio inclusive no art. 1º da LINDB. Assim, não deve ser aplicada a lei.

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) que seja declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Estadual 123 do Estado de Pernambuco
- b) não sendo acolhido o pedido de declaração de inconstitucionalidade, que seja afastada a aplicação da Lei Estadual 123, uma vez que deve ser aplicado o princípio da irretroatividade da lei;
- c) condenação do autor em custas e honorários sucumbenciais;
- d) produção de todas as provas admitidas em direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data

Advogado, OAB nº...

Distribuição de Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Endereçamento		



1. Ao Juízo da 7ª vara cível da comarca de Hogwarts (0,10)	0,00/0,10	
Qualificação das partes		
2. Ronny Wasley, réu (0,15) e Harry Potter, autor (0,15)	0,00/0,15/0,30	
Cabimento		
3. Cabível ao presente caso nos termos do art. 336 do CPC (0,10), segundo o qual incumbe ao réu apresentar contestação (0,20) alegar, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor (0,20)	0,00/0,10/0,30 0,50	
Fundamentos		
4. Tempestividade: atende ao prazo de 15 (quinze) dias para apresentação (0,30), conforme estabelecido pelos art. 335 do CPC (0,10).		
5. Declaração de inconstitucionalidade da lei estadual 123 (0,20) uma vez que é patente a inconstitucionalidade (0,20)		
6. A Lei Estadual nº 123, do Estado de Pernambuco padece de vício de inconstitucionalidade formal (0,40), uma vez que viola competência privativa da União (0,30), nos termos do art. 22, XI da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,30/0,40 0,60/0,80/1,20 1,50/1,60/1,90 2,30/2,60/3,00 3,10	
7. É evidente a inconstitucionalidade, uma vez que trata-se de uma lei estadual legislando sobre rodovias federais, num claro conflito de competências (0,30).		
8. Deve ser realizado no caso concreto o controle difuso de inconstitucionalidade (0,40), para		



declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Estadual 123 (0,30), produzindo a decisão efeitos inter partes (0,30). 9. Não deve ser aplicada a lei, uma vez que a regra ceda do Direito brasileiro é da não retroatividade da lei (0,40), previsto tal princípio inclusive no art. 1º da LINDB (0,10).		
Pedidos		
10. que seja declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Estadual 123 do Estado de Pernambuco (0,20) 11. não sendo acolhido o pedido de declaração de inconstitucionalidade (0,10), que seja afastada a aplicação da Lei Estadual 123 (0,10), uma vez que deve ser aplicado o princípio da irretroatividade da lei (0,20); 12. condenação do autor em custas e honorários sucumbenciais (0,20); 13. produção de todas as provas admitidas em direito (0,10).	0,00/0,20/0,30 0,40/0,60/0,80 0,90	
Fechamento		
13. Local..., Data..., Advogado...e OAB... (0,10)	0,00/0,10	



Palavras-chave (procure no índice)

AÇÃO

COMPETÊNCIA

UNIÃO



PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - PARECER JURÍDICO

No dia 22 de julho foi convocado um protesto da oposição ao Governador do Estado X, que pede a sua renúncia e alega que a sua administração está permeada por uma corrupção sistêmica. A manifestação foi organizada pelos dirigentes do Partido ABC do Trabalho, que divulgou amplamente o protesto nas redes sociais. Aproximando-se do dia do protesto, o Governador concedeu entrevista à principal emissora do Estado alegando que a referida manifestação seria ilegal, uma vez que não tinha sido autorizada pelas autoridades competentes. O diretor do partido se surpreendeu com a declaração, uma vez que ele próprio tinha formalizado a comunicação do protesto, informando às autoridades a data e o local que ocorreria. Preocupado com a repercussão da entrevista, e buscando prevenir-se de ações judiciais futuras, o diretor do Partido ABC do Trabalho entrou em contato com você para que, na condição de advogado, elaborasse um documento jurídico opinativo acerca da possibilidade de o protesto marcado para o dia 22 de julho ser considerado ilegal. Redija a peça pertinente, fundamentando juridicamente. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”



Modelo da Peça Prático-profissional

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Direito à manifestação. Liberdade de expressão. Poderes da Administração Pública.

DO RELATÓRIO

Diretor do Partido ABC do Trabalho solicita opinativo jurídico sobre o protesto em face da administração do Governador do Estado X sob alegação de corrupção sistêmica, sobretudo, acerca do pronunciamento do Governador onde alegou que a referida manifestação seria ilegal, uma vez que não tinha sido autorizada pelas autoridades competentes.

DA FUNDAMENTAÇÃO

É constitucionalmente garantido o direito fundamental à livre manifestação do pensamento, conforme Art. 5º, inciso IV, da CRFB/88, deste modo, o protesto convocado para o dia 22 de julho, está em consonância com o texto constitucional.

No mesmo sentido, é garantida a liberdade de expressão no Art. 5º, inciso IX, da CRFB/88, e o direito fundamental à reunião pacífica, conforme Art. 5º, inciso XVI, da CRFB/88.

A previsão constitucional de comunicação da manifestação às autoridades policiais foi observada pelo diretor do Partido ABC do Trabalho, e esta tem como objetivo apenas a garantia da segurança pública.

A previsão de comunicação não tem caráter de autorização, sendo o direito à reunião pacífica, conforme fundamentado acima, um direito fundamental, e que não depende de autorização prévia, de modo que não assiste razão ao pronunciamento do Governador.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, há respaldo constitucional para a manifestação organizada pelo Partido ABC do Trabalho, cumprindo as exigências do art. 5º, IX, da CRFB/88 e em respeito ao direito fundamental garantido pelo Art. 5º, inciso IV, da CRFB/88.

É o parecer...

Local, data...

Advogado, OAB nº...



Distribuição de Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Ementa		
1. Direito à manifestação (0,30). Liberdade de expressão (0,30). Poderes da Administração Pública (0,30).	0,00/0,30/0,60 0,90	
Relatório		
2. Relatar a problemática apresentada (0,40)	0,00/0,40	
Fundamentação		
3. Direito fundamental à livre manifestação do pensamento (0,40), conforme art. 5º, IV, da CRFB/88 (0,10); Portanto, o protesto convocado para o dia 22 de julho, está em consonância com o texto constitucional (0,40).		
4. Liberdade de expressa (0,40), previsto no art. 5º, IX, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,40/0,50 0,90/1,30/1,40	
5. Direito fundamental à reunião pacífica (0,40), conforme art. 5º, XIV, da CRFB/88 (0,10).	1,80/1,90/2,30 2,60/2,90/3,00	
6. A previsão constitucional de comunicação da manifestação às autoridades policiais foi observada pelo diretor do Partido ABC do Trabalho (0,40), e esta tem como objetivo apenas a garantia da segurança pública (0,30).	3,10	
7. A previsão de comunicação não tem caráter de autorização (0,30), logo, sendo reunião pacífica, não		



depende de autorização prévia (0,10), de modo que não assiste razão ao pronunciamento do Governador (0,10).		
Conclusão		
8. Há respaldo constitucional para a manifestação organizada pelo Partido ABC do Trabalho (0,40).	0,00/0,40	
Fechamento		
13. É o parecer... (0,10). 10. Local, data..., Advogado, OAB nº... (0,10).	0,00/0,10/0,20	



Palavras-chave (procure no índice)

DIREITO

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS